

A RELAÇÃO SUJEITO-OBJETO NA PESQUISA QUALITATIVA¹

Glicia Vieira

glicia.vieira@gmail.com

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Ruy Quadros

ruyqc@ige.unicamp.br

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

RESUMO

É possível a objetividade científica na pesquisa em ciências sociais e aplicadas? Trata-se de uma objetividade do mesmo tipo que a das ciências naturais como afirmam os positivistas? A partir destas questões, este artigo busca analisar como as diferentes vertentes das ciências sociais trabalham a tensão sujeito-objeto, tentando apreender o que estas perspectivas trazem de contribuição à investigação científica.

Palavras-chave: Objetividade científica; relação sujeito-objeto; pesquisa qualitativa.

THE SUBJECT-OBJECT RELATIONSHIP IN SOCIAL RESEARCH

ABSTRACT

Objectivity in the social and applied sciences is possible? It is an objectivity of the same type as the natural sciences? From these issues, this paper analyzes how the different perspectives of the social sciences deal with the subject-object tension, trying to grasp what these prospects bring contribution to scientific research.

Keyword: scientific objectivity; subject-object relationship; social research.

1. INTRODUÇÃO

*É verdade que no domínio de nossa disciplina,
a ciência social, as concepções pessoais,
as visões de mundo, intervêm o tempo todo,
na argumentação científica.*

Max Weber

¹ Receção: 04/01/2015.

Aprovação: 15/09/2015.

Publicação: 08/12/2015.

Iniciamos este ensaio parafraseando Marx em sua crítica ao materialismo (inclusive o de Feuerbach), que se pautava pela tentativa de “captar o objeto, a efetividade, a sensibilidade apenas sob a forma de *objeto ou de intuição*, e não como *atividade humana sensível, práxis*; de um ponto de vista subjetivo” (MARX, 1989, p. 4). Daí sua tentativa de aliar esforço científico a uma práxis de *caris* revolucionária.

Neste sentido, para Löwy (1977: p. 9) a construção do modelo científico-natural de objetividade que preconiza o estabelecimento de uma ciência da natureza livre de julgamentos de valor e de pressupostos ideológicos está associada ao desenvolvimento do capitalismo. Ao remontar ao modo de produção feudal, Löwy (1978) constata que “a estrutura das relações sociais exigindo a extração de um excedente (corvéia, dízimo, imposto, etc.) apropriado pelas classes dominantes, o exercício permanente de pressões extra-econômicas; a fraqueza da relação de forças político-militares (ausência de exército centralizado, etc.) dava um peso decisivo aos fatores ideológicos na manutenção da ordem estabelecida. (...) Na impossibilidade de justificações econômicas, sociais ou políticas, é na esfera do sobrenatural, da cosmogonia, da religião, que esta ideologia pode se desenvolver. Todo questionamento da ideologia estabelecida, com seu sistema complexo de dogmas e sua explicação precisa, coerente e rigorosa da ordem fixa e imutável do universo, era, portanto, percebida como uma ameaça subversiva e tratada enquanto tal” (1978, p.189).

É neste sentido que o autor revela que as primeiras tentativas das ciências naturais de descoberta da verdade (sobre o universo) eram barbaramente reprimidas com igual violência e intolerância mostradas às heresias religiosas e às disputas astronômicas sobre a órbita dos corpos celestes, como foi o caso da prisão de Galilei e da fogueira na qual foi lançado Bruno. As descobertas científicas no período feudal acabavam por abalar a hegemonia da classe dominante, em particular o clero, que se sustentava pela crença do povo em certas ideologias religiosas.

É com o desenvolvimento do capitalismo, segundo Löwy (1978, p. 190), que as ciências naturais serão ‘desideologizadas’, isto porque: 1) havia uma “necessidade de desenvolver conhecimentos científicos e técnicos do capital em geral e da grande indústria em particular”; além do que 2) o modo de produção capitalista – fundado como está em mecanismos diretamente econômicos da extração do excedente – exigia um cimento ideológico de tipo econômico-social e político, não tendo necessidade de construir uma cosmogonia religiosa. Com a expansão do modo de produção capitalista por toda a Europa a partir do final do século XVIII e início do século XIX, as ciências naturais puderam libertar-se de modo definitivo de toda e qualquer vinculação com as ideologias religiosas ou éticas do passado.

Para Löwy (1978), o modelo científico das ciências da natureza preconizador de um conhecimento científico livre de ideologias ou julgamentos de valor, corresponde até certo ponto à realidade atual das ciências naturais, uma vez que as condições sociais e as opções partidárias determinariam em grande parte “tudo o que se encontra *além e acima* da pesquisa propriamente dita” (1978, p. 191). Isto é, para Löwy (1978, p. 191), “tanto a seleção do objeto da pesquisa como a aplicação técnica das descobertas científicas dependem dos interesses e concepções de classes e de grupos sociais que financiam, controlam e orientam a

produção científico-natural, assim como da ideologia ou visão social de mundo dos próprios pesquisadores” (ver os trabalhos de Merton, 1974 e 1977; Hessen, 1985 e Kunh 1989).

No caso das ciências sociais, continua o autor, não apenas as escolhas ideológicas (ou utópicas) **condicionam** a escolha do objeto, mas a própria argumentação científica, a pesquisa empírica, o grau de objetividade atingido e o valor cognitivo do discurso **conformam** não somente os quadros exteriores da pesquisa, mas também a sua estrutura interna, sua veracidade, seu valor enquanto conhecimento objetivo da realidade. Além disso, não existiria uma separação rígida entre as ciências naturais e as ciências humanas. Haveria sim, segundo Löwy (1978, p. 191), especificidades entre esses dois campos do conhecimento e um espaço cognitivo intermediário ou uma zona de transição onde estas duas esferas de conhecimento se interpenetrariam.

Ou seja, a hipótese do autor é a de que “quanto mais uma ciência natural se aproxima desta ‘fronteira quente’ com as ciências humanas, mais ela se arrisca a carregar-se de ‘eletricidade ideológica’, o que também dependeria do contexto histórico”. É o caso da Medicina que, no quadro da bioética, discute atualmente a clonagem humana, o descarte de embriões humanos armazenados, etc. Ademais no próprio contexto das ciências humanas haveria, para o autor, nuances diversas de tensão ideológica e de visões de mundo em torno de determinados debates ou acontecimentos históricos.

Para Löwy (1978, p.193) menos que uma separação radical haveria uma diferença qualitativa no que se refere ao papel, à importância e à significação das visões de mundo nas ciências humanas e nas ciências naturais. Neste sentido, necessário é atentar para a **especificidade das ciências humanas** em relação às ciências da natureza, já que o método científico das ciências humanas diferenciaria-se do método científico proposto pelas ciências naturais não apenas no que se refere aos modelos teóricos, bem como às técnicas de pesquisa ou procedimentos de análise, mas fundamentalmente no que respeita à relação com as classes sociais; tornando a objetividade das ciências sociais distinta da objetividade das ciências naturais.

Tratar-se-ia, portanto, de uma autonomia relativa e não de uma independência total, uma vez que a visão de mundo do cientista social é decisiva para a constituição do campo cognitivo. Desta forma, o autor aponta como especificidade das ciências sociais (LÖWY, 1978, p.194):

- 1) o caráter histórico dos fenômenos sociais e culturais produzidos, reproduzidos e transformados pela ação dos homens (Lembrar a afirmação de Marx: “A principal diferença entre a natureza e a história é que fizemos a segunda e não a primeira.”);
- 2) a identidade parcial entre o sujeito e o objeto do conhecimento enquanto seres sociais, ou seja, “o observador é, de uma maneira ou outra, parte *da*, ou implicado *pela*, realidade social que ele estuda, não havendo portanto esta distância, esta separação que caracteriza a relação de objetividade do cientista natural com o mundo ‘exterior’ ”;
- 3) os problemas sociais são o palco de objetivos antagônicos das diferentes classes e grupos sociais;

- 4) o conhecimento da verdade (do real) pode ter conseqüências profundas (diretas ou indiretas) sobre o comportamento das classes sociais, sobre sua relação de força e, portanto, sobre o resultado de seus confrontos;
- 5) os cientistas tendem a vincular-se a uma das visões de mundo de uma época determinada.

Na medida em que a realidade social é infinita e toda ciência implica opção, o autor destaca que as opções não estão desvinculadas de valores e de pontos de vista preliminares, sendo estas pressuposições axiológicas aquelas responsáveis pelos questionamentos e pelo levantamento da problemática da pesquisa. Para além disso, são também esses valores e a visão social de mundo do cientista elementos que “intervêm na análise empírica da causalidade, na determinação científica dos fatos e de suas conexões, assim como na última etapa da pesquisa: a interpretação geral e a construção de teorias. (...) É o conjunto do processo de conhecimento científico-social desde a formulação das hipóteses até a conclusão teórica, passando pela observação, seleção e estudo dos fatos, que é atravessado, impregnado, “colorido” por valores, opções ideológicas (ou utópicas) e visões sociais de mundo” (LÖWY, p. 195).

Abandonar valores, ‘pré-conceitos’, ideologias, seria para Löwy (1978) uma ilusão, uma mistificação, o mesmo que seguir os princípios do Barão de Münchhausen. Segundo Löwy (1985, p.43), a estória do Barão de Münchhausen – personagem das estórias infantis na Alemanha - exemplifica a concepção positivista acerca da objetividade: “*O Barão de Münchhausen estava em seu cavalo quando afundou em um pantanal. O cavalo foi afundando, afundando, o pântano já estava chegando à altura do ventre do cavalo e o Barão desesperado não sabia o que fazer, temendo morrer ali junto ao seu cavalo. Nesse momento ele teve uma idéia genial (...): pegou-se pelos seus próprios cabelos e foi puxando, puxando, até tirar a si mesmo e depois o cavalo, saindo ambos, de um salto, do pantanal*”.

Assim, a objetividade científica significaria que o cientista social – imerso no pantanal da sua visão social de mundo, de seus valores e de suas pressuposições de classe – ao puxar-se pelos cabelos, arrancar-se-ia deste terreno pantanoso de forma a pisar no território limpo e neutro da objetividade científica (Löwy, p. 43). Neste sentido, coloco como um ponto a ser discutido o seguinte questionamento: quais seriam as condições de possibilidade de um conhecimento objetivo acerca dos fatos sociais, históricos, políticos e culturais na medida em que a tarefa do cientista social, conforme Santos (1994), consiste em relativizar o sujeito do conhecimento, permeado de sua materialidade, conformado pela interiorização das estruturas sociais; historicizar o objeto do conhecimento; problematizar?

Cabe ressaltar neste contexto, segundo Porto (1994, p.49), a importância de reelaborar as concepções tradicionais da relação sujeito-objeto mesmo do ponto de vista das ciências naturais, na medida em que a própria “natureza mostra-se processual, dinâmica e histórica; capaz de comportar o caos e a auto-organização, a ordem e a desordem, a necessidade e o acaso, a determinação e a indeterminação, conduzindo a um questionamento ou redimensionamento no nível conceitual”.

Torna-se necessário, conforme a autora, deslocar a posição de dominação do sujeito investigador/objeto investigado, substituindo-a sob o prisma do primeiro, por uma atitude de escuta prudente, mas revestida ao mesmo tempo de cumplicidade, pois é sabido que a

observação interfere no observado. Ademais, o observável convive com a possibilidade do não-observável e o invisível constitui-se em possibilidade objetiva de existência (PORTO, 1994, p. 48-49).

Na próxima seção, serão abordados os pressupostos teórico-metodológicos clássicos principais acerca da relação sujeito-objeto, quais sejam, o **positivismo**, o **historicismo** e o **marxismo**; no quadro dos valores (visão social de mundo) e do processo de conhecimento científico.

2. A PERSPECTIVA POSITIVISTA

Creemos que será suficiente apenas indicar a bibliografia de referência que utilizamos neste artigo, uma vez que a estrutura das obras é amplamente conhecida pelo público das ciências sociais [e aplicadas]. Portanto, examinaremos apenas seu aspecto metodológico, sendo isso suficiente para construir o argumento aqui apresentado.

Segundo Cardoso de Oliveira (1997), a questão do método - que sempre esteve associado à busca da verdade - não tem seu início em Descartes, antes porém, remonta ao pensamento grego com Aristóteles (*Organon*). Já na contemporaneidade e na linha empirista de Bacon (*Novum Organum*), a discussão encontra John Stuart Mill que, com sua obra *A System of Logic Ratiocinative and Inductive*, procurava dar respostas aos fenômenos sociais por intermédio da aplicação da lógica indutiva.

Assim, no que se refere à busca da objetividade, algumas características delineiam a visão positivista, a saber:

- 1) a sociedade humana seria regida por leis naturais, ou seja, por leis rígidas, invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas;
- 2) os procedimentos metodológicos a fim de tornar possível o conhecimento da sociedade seriam semelhantes aos procedimentos para utilizados para conhecer a natureza, uma vez que o funcionamento da sociedade seria regulado por leis semelhantes às do funcionamento da natureza; e,
- 3) as ciências sociais deveriam buscar a mesma objetividade científica das ciências naturais, que são ciências objetivas, neutras e livres de valor (Löwy, 1985, p.36).

Desta forma, para o ideal positivista, o conhecimento acerca da verdade - ou seja, o conhecimento científico - somente seria efetivamente verdadeiro e objetivo se conseguisse eliminar quaisquer nuances de preconceitos, pré-noções e/ou valores.

Inspirado no paradigma biológico e na tentativa de conferir cientificidade à disciplina nascente, Durkheim ressalta a importância de *considerar os fatos sociais como coisas*, invariáveis, fixas, um padrão constante ao alcance do observador, de modo a não dar espaço às impressões subjetivas e às observações pessoais (ver Durkheim, 1974).

Cardoso de Oliveira (1997, p. 142) destaca que a diferença entre Durkheim e Comte estava na relevância do método por aquele como forma de eliminar a filosofia e a metafísica ainda predominantes na sociologia deste, tornando o conhecimento científico inviável. Ou seja, Durkheim ressalta o método como a única via possível capaz de conduzir ao conhecimento científico; e, segundo ele, o cientista social deveria eliminar de forma sistemática todas as suas

pré-noções antes de pôr-se a estudar a realidade social, pois sua visão de mundo poderia embaçar a verdadeira compreensão da realidade, isto é, o conhecimento objetivo da realidade.

Ora, para libertar-se de tais preconceitos é preciso, sobretudo, reconhecê-los enquanto tais, já que estes são em certa medida considerados como verdades absolutas, evidentes, necessárias, incontestáveis. É necessário considerar que as pré-noções estão, em geral, implícitas, ocultas ao esforço científico e ao pesquisador como um conjunto de convicções, de idéias e de atitudes (do pesquisador ou do grupo ao qual está ele engajado) que escapam à crítica e ao questionamento.

Sobretudo, a proposta dos representantes da dimensão positivista – em certa medida honesta e bem intencionada - era de que deveria existir um esforço do cientista social no sentido de buscar o conhecimento objetivo e verdadeiro. Isto significa, segundo Löwy (1985, p. 45), que é impossível atingir qualquer conhecimento objetivo da realidade se não existir desde o início uma intenção de buscar esse conhecimento da verdade: “(...) o que é importante no terreno das ciências sociais é aquela ciência que resulta efetivamente de uma tentativa sincera de produzir um conhecimento científico”. Por outro lado, seria ilusório descartar o ‘papel necessário’ que jogam as visões sociais de mundo do cientista social no processo de busca do conhecimento objetivo da realidade.

É importante ressaltar ainda, conforme Pessoa (2000), a crítica de Adorno e Horkheimer ao cientificismo e ao positivismo nas ciências sociais. A ciência deveria ser – na visão dos autores - mais do que uma mera duplicação da realidade. Neste sentido, a teoria dever-se-ia deixar-se impregnar pelo espírito crítico, no sentido do confronto da coisa com o seu próprio conceito, do pensamento com a realidade; evitando assim a superficialidade de perceber as coisas do homem como dados e não como contradições.

Merece destaque uma crítica de Adorno (1975) à questão metodológica. Ao recusar o método como critério de constituição de uma objetividade, Adorno (1975) avança para uma concepção de método que se constitua numa crítica da sociedade. O autor defende, portanto, o método dialético como aquele que subverte a lógica transcendente e irracionalista dos positivistas, buscando nas contradições entre realidade e conceito o elemento-chave para o desvelamento e superação do real na forma da crítica imanente, como uma intervenção transformadora sobre a vida social (PESSÔA, 2000).

Segundo Adorno e Horkheimer, elementos diferentes do que a sociologia positiva preconizaria como objeto seriam considerados ‘suspeitos’, expondo-se esta ao risco de perder toda a consciência crítica em defesa da objetividade científica, isto é, em defesa do dado, a sociologia positivista eliminaria o desejo e o exercício da crítica (PESSÔA, 2000).

Partindo desta consideração, Santos (1994) salienta que um dos procedimentos da investigação sociológica a ser evocado em nível das regras da observação (Harvey *apud* Santos, 1994, p. 79-80) seria a atitude crítica das estruturas de dominação complexas, baseadas na classe, no gênero e na raça. Além disso, esta atitude crítica suporia de igual modo um esforço de desconstrução e de reconstrução de conceitos e de permanente reconceitualização. O autor também aponta para a importância da investigação não negligenciar o processo social de construção dos dados observáveis, na medida em que estes apresentar-se-iam ao raciocínio científico como “instâncias empíricas selecionadas e

comprovadas” ao invés de meros “dados brutos” (FLORESTAN FERNANDES *apud* SANTOS, 1994, p. 79-80).

Por seu turno, ao analisar as proposições weberianas acerca da dicotomia visão social de mundo e conhecimento científico, Löwy (1985, p. 45) destaca que o **único** ponto em que este autor assemelhar-se-ia à dimensão positivista estaria associado à sua formulação de uma ciência social livre de juízos de valor. Neste sentido, Weber reconhecia que os valores do observador, nas ciências sociais, desempenhariam um papel destacado na seleção do objeto da pesquisa científica, na determinação da problemática das questões a serem postas. Mas “(...) as respostas fornecidas, a pesquisa mesma, o trabalho empírico do cientista, deveriam estar livres de qualquer valoração, e seus resultados aceitos por todos” (LÖWY, 1977, p. 14).

Desta forma, para Weber, os valores seriam pressuposições indispensáveis ao ‘pontapé inicial’ da pesquisa, ou seja, no terreno das ciências sociais a visão de mundo do cientista social (o seu ponto de vista valorativo) jogaria um papel fundamental na escolha do objeto de estudo; na determinação da problemática a ser investigada; na elucidação das hipóteses (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1997, p. 156); na definição das perguntas feitas à realidade, pois, “cada um faz a sua pergunta em função de sua cultura, de sua nação, de sua religião (...), de sua **classe**” (LÖWY, 1985, p. 48-49).

O paradoxo está em que, uma vez delineado o objeto da investigação científica, como sugere Weber (1972, 1994a, 1994b), o processo de pesquisa deveria submeter-se a um conjunto de regras objetivas e universais que seriam válidas para todo investigador, seja qual fosse sua visão de mundo, seu conjunto de valores políticos, culturais, morais, etc. Desta forma, de acordo com a perspectiva weberiana, mesmo partindo de visões de mundo socialmente distintas, o resultado de uma investigação científica *metodologicamente correta* deveria ser igualmente comprovado em qualquer parte do mundo.

Segundo Löwy (1985, p. 50), isto significa que “(...) para Max Weber, o seu estudo sobre *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, que estuda como a ética protestante funcionou como ponto de partida para o desenvolvimento do espírito do capitalismo, se apresentado a um chinês, confuciano, sem o mínimo interesse nem pela ética protestante, nem pelo espírito do capitalismo, que está ouvindo falar em Lutero pela primeira vez, que jamais teve motivação cultural para investigar esse tema, vendo esse trabalho, sua análise causal rigorosa e objetiva, tem que aceitar as suas conclusões. Porque segundo Max Weber, as perguntas que fez nesse livro são resultado de sua cultura, de seus valores, mas a resposta é inteiramente livre de juízos de valor, é objetiva, empírica, sem nada a ver com os valores, e deve ser aceita por qualquer outro investigador”.

Conforme Löwy (1985), a visão social de mundo do cientista social desempenha o seu papel tanto na escolha do objeto e na elaboração da problemática, quanto no conjunto da produção do conhecimento. Neste sentido, a hipótese do autor é a de que a definição da problemática de estudo ao definir suas perguntas já definiria em larga medida o conteúdo da investigação, uma vez que a pergunta indicaria ‘pistas’ da resposta: “o tipo de pergunta formulada já dá a cor política, ideológica, utópica, valorativa, ao conjunto da investigação. (...) Mesmo que a pergunta permita várias respostas, ela circunscreve um tipo de respostas possíveis, portanto, define um certo campo partindo de um ponto de vista. (...) Os elementos

escolhidos determinam desde o começo o resultado do estudo. A escolha do essencial tampouco é neutra, ela vai orientar a pesquisa em um certo sentido ideológico” (LÖWY, p. 53-54).

Do mesmo modo, analisando a relação sujeito-objeto sob a perspectiva psicanalítica do conceito de contratransferência no processo de conhecimento, Santos (1994, p. 78) ressalta que “a percepção sociológica da realidade social está influenciada pela **personalidade** do investigador (visão social de mundo, grifo meu), pelo modo como ela se reflete em sua psiquê, mediante mecanismos em grande parte inconscientes, produzindo, possivelmente, resultados diferentes, segundo as diferentes experiências, do âmbito social geral e do grupo familiar, presentes na formação da personalidade do investigador”.

Ademais, é por meio da organização da relação sujeito-objeto, da especificação de uma dúvida acerca do objeto a ser conhecido que, segundo Santos (1994, p. 74), definimos uma problemática. Neste sentido, para o autor, a escolha dos objetos de estudo está intimamente associada à problemática social, variando no tempo e no espaço. Ou seja, “as preocupações sociológicas são de certa forma condicionadas pela realidade histórica na qual vive o sociólogo”.

Na visão de Santos (1994, p. 77), a relação entre envolvimento e distanciamento no que se refere ao sujeito e ao objeto deveria ser vivenciada enquanto um processo dialético do conhecimento, na medida em que se constitui numa das condições de possibilidade para a reconstrução do feixe de possíveis existentes nos processos sociais, resgatando o presente como produção da historicidade.

É relevante ressaltar ainda o trabalho de Popper que, a exemplo de Weber, reconhece o importante papel que jogam os pressupostos do sujeito no processo de conhecimento científico: “(...) uma ciência não é simplesmente um ‘conjunto de fatos’. Ela é, pelo menos, uma coleção e, enquanto tal, ela depende dos interesses do colecionador e de seu ponto de vista... (...) como toda evidência, um ponto de vista é inevitável; e a tentativa ingênua de ultrapassá-lo não pode senão conduzir ao engano de si próprio e à aplicação acrítica de um ponto de vista inconsciente” (*apud* LÖWY, 1978, p. 49).

Apesar de sua originalidade no que concerne à crítica de um modelo da objetividade científica obtida por meio da capacidade de o cientista desvincular-se de seus pressupostos, Popper insiste em não aceitar a especificidade das ciências sociais em relação às ciências naturais, no que se refere à questão da objetividade. Para ele não haveria diferença – relativa à objetividade - entre o cientista social e o cientista natural, uma vez que a objetividade estaria associada ao aspecto social do método científico e à cooperação de vários cientistas.

Neste sentido, a existência de instituições que foram concebidas para levar a cabo o desenvolvimento da objetividade científica garantiria, na perspectiva popperiana, a **objetividade institucional**, ou seja, a possibilidade de liberdade crítica e de uma linguagem comum: “(...) a imparcialidade do sábio individual é, na medida em que ela existe, não a fonte, mas antes o resultado desta objetividade social ou institucionalmente organizada” (LÖWY, p.52).

Na visão de Popper seriam eliminadas, portanto, no quadro desta objetividade institucional todas as ‘futilidades’ (visão social de mundo, grifo meu) individuais ou de classe.

Como aplicar, entretanto, o método da objetividade institucional quando forças econômicas, sociais ou políticas controlam ou financiam as instituições? Ou quando não há consenso (linguagem comum) em torno de determinados debates nem mesmo no interior de uma mesma instituição ou departamento de pesquisa ou entre cientistas vinculados a visões axiológicas e político-sociais contraditórias, conquanto a liberdade de crítica e o confronto entre os distintos pontos de vista de pesquisadores seja condição vital para o avanço do pensamento científico?

É no sentido de tentar superar os dilemas da objetividade científica no processo de conhecimento postos pela dimensão positivista que resgatamos, em seguida, a perspectiva historicista.

3. A PERSPECTIVA HISTORICISTA

O historicismo moderno surgiu na Alemanha em fins do século XVIII e início do século XIX como uma reação conservadora à filosofia do Iluminismo, à Revolução Francesa e à ocupação napoleônica; transformando-se no final do século XIX no relativismo precursor da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim.

No que concerne à perspectiva historicista, de modo geral, é possível apontar algumas características no que se refere à relação entre visão social de mundo (do sujeito) e processo de construção do conhecimento científico (objeto). São elas:

- 1) todo fenômeno social, cultural ou político deve ser compreendido dentro de seu contexto histórico;
- 2) há uma distinção marcante entre os fatos sociais (ou históricos) e os fatos naturais, conseqüentemente, as ciências que estudam esses dois fenômenos são ciências qualitativamente diferentes;
- 3) tanto o objeto da pesquisa, quanto o sujeito da pesquisa estão imersos no curso da história

Citando Dilthey, um dos primeiros representantes da vertente historicista, Löwy (1978 e 1985) salienta a distinção feita por este autor entre as ciências naturais e as ciências sociais (*Geisteswissenschaften*)¹ e afirma que os critérios utilizados por este autor no que se refere à distinção entre estas duas esferas do conhecimento seriam:

- a) o fato de que nas ciências sociais sujeito e objeto são idênticos: “o espírito estuda a si mesmo”, havendo uma relação de identidade entre sujeito e objeto – o que não acontece nas ciências naturais onde o sujeito investiga um objeto lhe é exterior. Desta forma, nas ciências do espírito falar-se-ia em níveis distintos de objetividade, dada a relação de identidade entre sujeito e objeto;
- b) a dificuldade de dissociar nas ciências sociais, os juízos de valor e os juízos de fato, uma vez que presentes estão no interior de cada sujeito valores que intervirão irremediavelmente em quaisquer análises acerca da sociedade em que vive;
- c) a necessidade presente nas ciências sociais de não apenas descrever ou explicar os fatos sociais, mas de compreendê-los (*verstehen*), de alcançar seu significado (*Bedeutung*).

Portanto, para Dilthey, conforme interpreta Löwy (1985, p.74), embora não se trate de produzir verdades absolutas, o conhecimento produzido pelas ciências sociais é, de um lado, científico; e, de outra forma, historicamente **relativo**, isto é, historicamente relativo a uma situação histórica determinada. “(...) a ciência social é atravessada por uma profunda contradição. Por um lado, ...aspira ao conhecimento objetivo, ao conhecimento válido, mas, por outro lado, cada obra científica é vinculada a uma visão de mundo” (Idem). Como pode ser, então, o conhecimento acerca do homem, da sociedade ou da história simultaneamente historicamente limitado, unilateral, relativo e objetivo e universalmente válido? “Onde encontrar os meios para superar a anarquia das convicções que ameaçam se expandir?”, é a grande questão que coloca Dilthey (LÖWY, 1985, p. 76)ⁱⁱ. A principal crítica dirigida à Dilthey é que em seu arcabouço teórico-metodológico as classes sociais são ignoradas, enquanto os enquadramentos históricos recebem demasiado relevo.

Löwy (1985) dirige uma crítica a Simmel – discípulo de Dilthey – uma vez que este ao reconhecer e na tentativa de encontrar uma saída para o problema da unilateralidade das visões de mundo elucidado por seu mestre, defendia a idéia da **complementariedade** desses diferentes pontos de vista, visando alcançar a verdade objetiva, geral e universalmente válida. Neste sentido, parafraseando Weber, o autor ressalta que não existiria garantia de que a ‘síntese’ ou o meio-termo ou o ecletismo entre as diferentes opções axiológicas fosse mais objetiva ou mais próxima do conhecimento do real que as posições extremas. Na verdade, esta síntese eclética de distintos pontos de vista poderia até mesmo apresentar-se falsa.

Assim, conforme elucidava Löwy (1985), o historicismo “(...) descobriu a relatividade histórica do conhecimento, descobriu a limitação unilateral de toda a interpretação científica da realidade, desmistificou as ilusões positivistas de um conhecimento absoluto e neutro da realidade, mostrou a importância de se dar conta da especificidade e da particularidade do conhecimento científico da sociedade, das diferenças entre o conhecimento social e os conhecimentos das ciências naturais. Mas não conseguiu superar os dilemas do relativismo, para o qual todo o conhecimento é parcial e subjetivo” (LÖWY, 1985, p.78).

E é na tentativa de superar os dilemas do relativismo eclético, que se coloca o pensamento de Karl Mannheim - outro autor desta vertente sociológica – que avança no quadro da perspectiva historicista ao introduzir a variável **classe** em suas análises, afirmando que “toda a forma de conhecimento ou de pensamento está vinculada ou depende de uma posição social determinada, ou de um ser social determinado” (LÖWY, 1985, p. 78-79), isto é, o conhecimento não é apenas historicamente relativo, mas é também socialmente relativo em relação a certos interesses e posições de classe.

Como chegar, deste modo, à verdade objetiva? Mannheim reconhece que há uma interferência valorativa quando o cientista social escolhe seu objeto, que tais valores condicionam a forma como ele olha, percebe e interpreta este objeto. Para Mannheim a visão social de mundo do cientista social não deveria ser encarada apenas como fonte de ilusão, mas, por outro lado, o condicionamento social do pensamento ampliaria a percepção de determinadas nuances da realidade, esclarecendo com maior nitidez certos aspectos inerentes ao ser social.

Entretanto, neste processo de conhecimento os cientistas apenas desvendariam um aspecto do objeto, de modo que far-se-ia necessário uma integração de diferentes pontos de vista mutuamente complementares num todo compreensivo, a possibilidade de uma síntese de perspectivas, tal como preconizava o historicismo relativista eclético, em particular Simmel.

A novidade de Mannheim, segundo Löwy (1985, p. 83) é que para ele a “intelligentsia” que encontrar-se-ia nas universidades é quem seria capaz de realizar tal síntese, ou seja, resolveria o problema do relativismo, pois encontrar-se-ia acima dos interesses das classes sociais – os chamados ‘intelectuais desvinculados’ (*Freischwebende Intelligenz*), livres, ou não-vinculados a uma classe social.

A crítica fundamental feita ao historicismo de Mannheim por Löwy (1985) reside no fato de o mesmo não ter conseguido superar os dilemas do relativismo, para o qual todo conhecimento é parcial, unilateral e subjetivo. Ademais, se por um lado, Mannheim considera que os intelectuais flutuantes representariam uma posição social determinada (o sujeito social do conhecimento), relativamente autônoma, cujas características permitir-lhes-iam elaborar (um)a síntese objetiva; por outro lado, esta situação de flutuação não poderia constituir-se numa base sobre a qual poder-se-ia elaborar um conjunto de perspectivas, isto porque a flutuação seria uma situação de transição (um estado temporário), uma vez que os intelectuais acabariam por definir-se - tanto conscientemente quanto inconscientemente - por determinadas posições de uma ou outra classe.

Entretanto, é relevante considerar o relativismo como um momento dialético essencial na composição de um ‘modelo’ de objetividade científica específica às *Geisteswissenschaften* (ciências do espírito). Segundo Löwy (1978, p. 92), a compreensão da relação sujeito-objeto na perspectiva sociológica não deve negligenciar o momento relativista no quadro da tradição historicista; ao contrário, torna-se necessário integrá-lo e superá-lo de forma dialética.

A seguir, esboçaremos em linhas gerais, a perspectiva marxiana na tentativa de buscarmos subsídios para a compreensão da relação sujeito-objeto no processo de conhecimento. Esta perspectiva do conhecimento avança em relação à dimensão historicista, uma vez que reforça no seio desta discussão a existência da relação dialética entre o sujeito do conhecimento e o objeto da investigação, bem como resgata a visão de mundo do proletariado como aquela epistemologicamente privilegiada porque capaz de apresentar um ponto de vista mais favorável ao conhecimento do real.

4. A PERSPECTIVA MARXIANA

O primeiro aspecto a ser ressaltado é a respeito do conceito de ‘representantes científicos de classe’ utilizado por Marx em *A Miséria da Filosofia* (1847): “(...) os economistas são os representantes científicos da classe burguesa, os socialistas e os comunistas são os teóricos da classe proletária” (MARX, 1847, p. 107).

Neste sentido, enquanto representantes científicos da classe burguesa, o papel dos economistas burgueses - seja da escola fatalista (clássicos e românticos), seja da escola filantrópica, seja da escola humanitária – seria o de legitimar a sociedade e o modo de

produção capitalista frente à sociedade e o modo de produção feudal; e negar/obscurecer o antagonismo.

Já os teóricos da classe proletária, enquanto estão no começo da luta, ou seja, enquanto ainda não foram amadurecidas as contradições e o terreno no qual elas são engendradas (enquanto o proletariado ainda não está organizado em classe, etc., ver Marx, 1847, p. 108), esses teóricos não seriam senão – segundo Marx – utopistas. “Mas, na medida em que a história marcha e que com ela a luta do proletariado se desenha mais nitidamente, eles não têm senão de se inteirar daquilo que se passa diante dos seus olhos e de se tornar órgão disso” (MARX, 1847, p. 108); seriam os chamados ‘intelectuais orgânicos’ (GRAMSCI, 1988), ou seja, aqueles que estariam intimamente ligados à classe social a qual pertencem, que não perderiam de seu horizonte a prática (revolucionária). “Desde este momento, a ciência produzida pelo movimento histórico, e nela se associando com pleno conhecimento de causa, cessa de ser doutrinária, e se torna revolucionária” (MARX, 1847, p. 108). Neste sentido, ciência revolucionária seria para Marx aquela capaz de revelar no campo do conhecimento a visão de mundo de uma classe social que inicia sua luta, representada neste caso pelo proletariado.

Desta forma, para Marx (1847) ciência (objetividade) e representação científica de classe (visão social de mundo do sujeito do conhecimento) não seriam elementos dicotômicos, ou seja, seria possível fazer ciência a partir de um ponto de vista ou de uma visão de mundo de classe. Isto é, o fato de que uma determinada teoria represente a visão de mundo de uma classe determinada - seja burguesa, seja proletária – não implica que se descarte o seu valor científico, numa espécie de *reduccionismo sociológico*, restringindo o conhecimento científico unicamente à classe social.

Ou seja, para Marx – no caso da economia política – o trabalho de um economista poderia estar baseado sob determinadas pressuposições ideológicas burguesas e ter, entretanto, relevante valor científico, como foi o caso dos clássicos (por exemplo, Adam Smith e Ricardo). O essencial, neste contexto, estaria na capacidade de o teórico - no processo de produção do conhecimento – conseguir desvencilhar-se da superficialidade e da apologética de classe; de querer ‘ir fundo’ na busca do conhecimento ao invés de simplesmente – a exemplo daqueles a quem Marx classificava como economistas vulgares (Malthus, J. B. Say) - tomar a aparência como essência, negando as contradições inerentes ao sistema capitalista na tentativa de legitimar uma ordem ou uma posição social conquistada.

Entretanto, não existiriam na opinião de Löwy (1985) distintos pontos de vista científicos que estariam associados a diferentes pontos de vista de classe, isto é, aproximações maiores ou menores da realidade investigada. De outro modo, acabaríamos por negar a possibilidade de um conhecimento objetivo do real. Contudo, haveria sim, determinada **visão de mundo epistemologicamente privilegiada** capaz de apresentar um ponto de vista mais favorável ao conhecimento do real, e para a perspectiva marxiana esse ponto de vista seria o ponto de vista do **proletariado**.

Parafraseando Rosa Luxemburgo e Mannheim, Löwy (1977 e 1978) emprega a alegoria do mirante, na qual cada classe social situar-se-ia num observatório determinado, estando certos observadores mais elevados dispendo, portanto, de uma visão mais ampla da

realidade. Neste caso, o observatório mais elevado seria o ponto de vista do proletariado, pois o conhecimento 'objetivo' de sua situação de classe tornar-se-ia essencial à sua conquista revolucionária. Exemplificando esta metáfora, "é ao considerar o problema do ponto de vista do proletariado que Marx encontra na mais-valia a explicação-denúncia do mecanismo de exploração dos trabalhadores e da injustiça profunda do capitalismo" (LÖWY, 1978, p. 71); enquanto que esta apenas havia sido anteriormente constatada - como natural, inalterável, invariável - pelos economistas clássicos a partir de seu ponto de vista de classe burgueses.

O conhecimento científico estaria associado ao **máximo de consciência possível** da visão de mundo de determinada classe, de seu horizonte intelectual, ou seja, vinculado a uma determinada maneira de pensar, à intenção de aproximar-se o máximo possível da realidade. Esta visão de mundo dependeria, para Löwy (1985, p. 100), da estrutura de visão de mundo ou do horizonte intelectual associado a uma classe. É o que faz, neste caso, com que Marx atribua valor científico à obra dos economistas clássicos em detrimento dos economistas vulgares, uma vez que estaria presente naqueles a intenção de alcançar o máximo de conhecimento possível; enquanto que a ciência destes era pautada pela apologética, ou seja, impulsionada pela necessidade de reafirmar a posição de sua classe social.

Assim, a partir de uma crítica ao positivismo e à abordagem compreensiva, o pensamento marxiano recusaria, primeiramente, toda separação entre ciência e ideologia revolucionária, objetividade e ponto de vista de classe, julgamento de fato e julgamento de valor; posicionando-se a partir da relação dialética existente entre ideologia e ciência, sujeito e objeto. Neste sentido, ciência e consciência seriam coincidentes para o proletariado, uma vez que este é, simultaneamente, sujeito e objeto do conhecimento e da história.

Existiria uma relação dialética entre julgamentos de fato e julgamentos de valor: i) o conhecimento (ou a ignorância) do objeto poderia influenciar as opções práticas, éticas, sociais ou políticas do sujeito; e, ii) a visão de mundo do sujeito influenciaria a atividade científica no seu conjunto (LÖWY, 1978, p. 40-41). Em geral, no estudo da sociedade - ao invés de uma dualidade rígida - julgamentos de fato e julgamentos de valor estariam socialmente articulados, sendo, entretanto, imprudente não reconhecer sua autonomia relativa (LÖWY, 1978, p. 141-142).

Deste modo, pode-se interpretar a partir do exposto que a intenção de Marx não era de que sua ciência, ou seja, sua crítica da economia política fosse neutra, desinteressada, pura, objetiva, imparcial, dissociada de qualquer visão social de mundo de classe. Ao contrário, ao revelar "(...) *a minha crítica da economia política representa uma classe..., isto é, o proletariado*" (Marx, O Capital: Posfácio de 1873) – o autor declarava o compromisso de sua ciência com a visão social de mundo desta classe, notabilizando-se como seu representante científico; conquanto o conjunto de sua obra não deva ser simplesmente reduzido a esta representação de classe que o autor reivindicava para si (LÖWY, 1985, p. 103).

Cumprе ressaltar a importância – conforme já observado - de não cair numa espécie de *reduccionismo sociológico* (ou ideológico ou econômico), o qual apreenderia os confrontos teóricos e científicos apenas na perspectiva de classe; ou, por outro lado, numa espécie de positivismo que encararia o desenvolvimento da ciência social dissociado da dimensão da classe e dos conflitos ideológicos.

Sobretudo, para esta vertente ‘sociológica’, existiria uma relação dialética entre o sujeito do conhecimento e o objeto da investigação, em que ambos transformar-se-iam no processo do conhecimento.

5. CONCLUSÕES

Mediante o exposto neste ensaio alguns pontos merecem ser destacados. O primeiro aspecto a ser ressaltado é que para além de uma questão dicotômica, a relação sujeito-objeto implica uma discussão epistemológica, na qual se prioriza ora o sujeito do conhecimento, ora o objeto da investigação, ou, a relação dialética entre ambos.

Deste modo, o argumento aqui presente é de que existiria uma relação dialética entre o sujeito e o objeto do conhecimento, e não uma separação total, como preconizado pela perspectiva positivista. Ou seja, existe uma realidade histórica social objetiva produzida por um sujeito que é o mesmo sujeito que trata de conhecê-la; existe uma realidade e a tarefa da ciência (pesquisador) é aproximar-se o mais possível do conhecimento dessa realidade.

Analisando determinados aspectos e limites do método na investigação científica, Cardoso de Oliveira (1997) esclarece que haveria um vínculo dialético entre as ciências naturais e as ciências sociais [aplicadas], ou seja, um vínculo entre explicar e compreender. Neste sentido, apenas a explicação seria metódica. A compreensão seria, sobretudo, o momento não-metódico que, nas ciências interpretativas, compor-se-ia com o momento metódico da explicação. Este momento, se por um lado, precederia, acompanharia, fecharia e assim envolveria a explicação; por outro lado, desenvolveria analiticamente a compreensão.

O autor ressalta o fato de não mais haver sentido uma hierarquização entre as ciências sociais [aplicadas] e as ciências naturais - condicionadas pela pré-estruturalização do conhecimento -, atribuindo-se às ciências duras (*hard*) um *status* superior ao das ciências subjetivas (*soft*). Desta forma, menos que uma hierarquização entre essas esferas do conhecimento, para Cardoso de Oliveira (1997) dever-se-ia privilegiar uma relação de complementariedade entre ambos os momentos: metódicos e não-metódicos (experimentação e observação) no processo de conhecimento.

Cardoso de Oliveira (1997) destaca ainda a validação dos resultados pela via não metódica, onde o papel da compreensão - como geradora de hipóteses ou conjecturas - passaria a ter uma função de relevante valor cognitivo. Para o autor, é necessário deixar de opor a compreensão e a explicação. E, ao invés de tomar ambas as modalidades do conhecimento como incompatíveis (vasos não-comunicantes), sensato seria considerar a compatibilidade entre os dois modos de conhecer, preservando as duas instâncias em que se exerce a cognição: a metódica e não-metódica (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1997); respeitando-se a especificidade de ambas.

Cumpra ainda ressaltar que, mesmo no campo científico-natural existiria um espaço que política, ideológica e socialmente condicionado, isto é, tudo o que viria antes e depois da investigação científica propriamente dita seria condicionado por interesses de certas classes sociais, isto é, não seria neutro. Apenas o trabalho estritamente científico da investigação da causalidade científica poderia ser considerado neutro no sentido de ser ‘cientificamente’

verdadeiro (ver os trabalhos de Merton, 1974 e 1977; Hessen, 1985; Löwy, 1977, 1978, 1985; e Kuhn, 1989).

Sobretudo, o olhar do pesquisador deveria não apenas dirigir-se para a dinâmica dos processos sociais, percebendo e vivenciando a tensão entre o trabalho da investigação e da interpretação, mas deveria pautar-se também por sua imprescindível inserção política nos processos de transformação social (LÖWY, 1977, 1978, 1985; SANTOS, 1994). Neste sentido, ainda sentimos ecoar a assertiva marxiana, qual seja, a de que não é suficiente interpretar o mundo diferentemente, cabe transformá-lo (MARX, 1989, p. 53).

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T.W. Introdução à Controvérsia sobre o Positivismo na Sociologia Alemã. In: **Os Pensadores**. SP: Abril Cultural, 1975.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O Lugar (E Em Lugar) do Método. In: **IDÉIAS**, Campinas 4(1/2): p. 137-158, jan/dez, 1997.
- DURKHEIM, E. . **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Nacional, 1974.
- GRAMSCI, A.. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 6ª. ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- HARVEY, D.. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: **A Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HESSSEN, Boris. **Las raíces socioeconómicas de la mecánica de Newton**. La Habana, Cuba, Editorial Academia, pp. 13-59, 1985.
- KUHN, T.. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 3a. edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1989.
- LÖWY, M.. Objetividade e Ponto de Vista de Classe nas Ciências Sociais. In: **Método Dialético e Teoria Política**, pp. 9-34, 1977.
- LÖWY, M.. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento**. Busca Vida, pp. 189-210, 1978.
- LÖWY, M.. **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista**. 10ª. edição. São Paulo: Cortez Editora, 1985.
- MARX, K.. **Miséria da Filosofia: Resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon**. Lisboa: Estampa, 1847.
- MARX, K.. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MERTON, R.. Sociologia do Conhecimento. In: BERTELLI, A. R.e PALMEIRA, M.G.S.; VELHO, O. G. (orgs.). **Sociologia do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, pp. 81-125, 1974.
- MERTON, R. El estímulo puritano a la ciência. In: MERTON, R. (Ed.). **La Sociologia de la Ciência 2**. Madrid: Alianza Editorial SA, cap. 11, pp. 309-338, 1977.
- PESSÔA, W.L.R. Reflexões sobre o Pensamento de Theodor W. Adorno. IFCH/UNICAMP, digitado, 2000.

PORTO, M. S. G. A Sociologia e suas fronteiras. In: ADORNO, S. (Org.). **A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade**. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Publicação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/IFCH/UFGRS, pp. 45-52, 1994.

SANTOS, J. V. T. A Aventura Sociológica na Contemporaneidade. In: ADORNO, S. (Org.). **A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade**. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Publicação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/IFCH/UFGRS, pp. 73-84, 1994.

WEBER, M.. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1972.

WEBER, M.. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 9ª edição. São Paulo: Pioneira Editora, 1994a.

WEBER, M.. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 3ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994b.

ⁱ A tradução do alemão para o português de *Geisteswissenschaften* é Ciências do Espírito: Geiste = espírito; wissenschaften = ciência, científico (tradução livre).

ⁱⁱ “A finitude de todo o fenômeno histórico, seja uma religião, um ideal, ou um sistema teórico-filosófico e, em consequência, a relatividade de toda interpretação humana da relação entre as coisas, é a última palavra da concepção histórica do mundo, onde tudo flui e nada é estável. Diante disso se ergue a necessidade que tem o pensamento de um conhecimento universalmente válido, e os esforços que faz a filosofia ou a ciência para chegar a este tipo de conhecimento. Onde encontrar os meios para superar a anarquia das convicções que ameaçam se expandir?” (*apud Löwy*, 1995, p. 76).